

PROVA S07 V TARDE	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
--------------------------------	---



CARGO: PMNS I – CONTADOR

FRASE PARA EXAME GRAFOTÉCNICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“Façamos da interrupção um caminho novo.”

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Este **Caderno de Questões** contém questões de múltipla escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E e 01 questão discursiva.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar este **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**, no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Discursiva**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA!

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Há alguns anos, durante uma aula numa universidade de São Paulo, um professor perguntou aos alunos do curso de psicologia: “Homossexuais têm cura?” Diante do silêncio da plateia, respondeu à própria questão, com ar evasivo: “Depende...” “Depende?”, perguntou alguém no fundo da sala. A indagação parecia ser justamente a que o professor esperava para continuar. “Sim, depende da doença: se estiver resfriado, possivelmente estará bem após alguns dias; se for vítima de linfoma em estado avançado, dificilmente será curado.” A questão simulada, bem como a solução que o professor encontrou para conduzir sua aula, talvez seja uma forma caricata de tratar o tema. Ainda assim, chamou a atenção de futuros psicólogos para uma questão bastante atual: a discussão sobre a natureza da homossexualidade.

Durante muito tempo tratado como crime ou patologia, “o amor que não ousa dizer seu nome”, nas palavras do jornalista, dramaturgo e escritor Nelson Rodrigues (1912-1980), parece mais visível que nunca: seja como tema de inúmeros filmes, peças de teatro e até no horário nobre da programação de TV, seja nas paradas de orgulho gay, nas casas noturnas, nos anúncios de produtos e serviços especialmente voltados para esse público. Esse cenário, no entanto, é recente.

Em 1890, o Código Penal republicano brasileiro previa a punição de práticas homossexuais entre homens, porém as referências eram implícitas, permitindo ampla interpretação. Os termos usados eram genéricos, como “paixões lascivas”, “atentado ao pudor” e “libidinagem”, mas suficientes para criminalizar homens que mantivessem relacionamento afetivo e sexual com outros.

A falta de clareza para abordar o assunto – até quando se tratava de reprimir a prática – expressa as dificuldades sociais de aproximação do tema. Cinquenta anos depois, em 1940, durante o Estado Novo, o jurista Alcântara Machado redigiu novo Código Penal e introduziu a proposta de, pela primeira vez, criminalizar de maneira explícita homossexuais do sexo masculino “quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenções de até um ano”. O texto do artigo 258 dizia: “Tratando-se de anormais por causa patológica ou degenerativa, poderá o juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias”. O artigo, entretanto, foi retirado da redação final.

Em seu livro *Frescos trópicos*, James N. Green e Roland Polito lembram que nos últimos 150 anos a medicina já propôs “de tudo” para a “cura” dos homossexuais: confinamento, choques elétricos, altas doses de medicação, psicoterapia,

terapia de família e até transplante de testículos.

Embora as maneiras de encarar e tratar a homossexualidade tenham se transformado sensivelmente, o assunto ainda é abordado com ressalvas – muitas vezes dissimuladas – e, em muitos meios, persiste a ideia de que há um distúrbio a ser sanado. Alguns defensores de terapias que se propõem promover a cura de homossexuais buscam respaldo na teoria de Sigmund Freud (1856-1939), cujas palavras foram muitas vezes interpretadas de maneira tendenciosa. As formulações do autor passaram por diferentes momentos e sofreram acréscimos significativos ao longo de sua obra. Portanto, podem ser feitas distintas interpretações, dependendo do texto que for tomado como referência. O mais adequado seria o estudo do conjunto de seu trabalho.....
(LEAL, Gláucia. Rev. *Mente & Cérebro*: série especial, 2, p. 69-70).

Questão 01

A argumentação desenvolvida no texto está orientada no sentido de persuadir o leitor a concluir que:

- A) o tema da homossexualidade continua a ser abordado com ressalvas, não raro dissimuladas, persistindo, em muitos meios, a ideia de que ela é um mal a ser sanado.
- B) a medicina, nos últimos 150 anos, tem tentado de tudo para curar os homossexuais, mas a doença resiste a todas as formas de tratamento.
- C) os artigos que tratam da homossexualidade nos Códigos Penais de 1890 e 1940 precisam ser urgentemente revistos a fim de atender a uma nova realidade social.
- D) a sociedade brasileira já não considera a homossexualidade uma patologia totalmente incurável, mostrando com isso ter mudado sensivelmente.
- E) futuros psicólogos devem estar preparados para participar de uma questão atual: a discussão acerca da cura da homossexualidade.

Questão 02

Para sustentar seu ponto de vista, o autor recorre a todas as estratégias argumentativas a seguir, EXCETO:

- A) fazer concessão a ponto de vista diverso daquele que sustenta.
- B) valer-se do uso da primeira pessoa do plural para provocar empatia com o leitor.
- C) invocar argumento de autoridade na matéria.
- D) recorrer a narrativa destinada a envolver o leitor na polêmica que levanta.
- E) explorar fatos relativos à história da homossexualidade no Brasil.

Questão 03

A proposição cujo conteúdo a autora apresenta ao leitor como “certo”, isto é, “indiscutível” é a seguinte:

- A) “A questão simulada, bem como a solução que o professor encontrou para conduzir sua aula, talvez seja uma forma caricata de tratar o tema.” (parágrafo 1)
- B) “Durante muito tempo tratado como crime ou patologia, “o amor que não ousa dizer seu nome” [...] parece mais visível que nunca.” (parágrafo 2)
- C) “Em 1890, o Código Penal republicano brasileiro previa a punição de práticas homossexuais entre homens, porém as referências eram implícitas, permitindo ampla interpretação.” (parágrafo 3)
- D) “Portanto, podem ser feitas distintas interpretações, dependendo do texto que for tomado como referência.” (parágrafo 6)
- E) “O mais adequado seria o estudo do conjunto de seu trabalho.” (parágrafo 6)

Questão 04

A alternativa em que uma das palavras sugeridas para substituir a que foi empregada no texto altera fundamentalmente o sentido do enunciado é:

- A) as referências eram IMPLÍCITAS / subentendidas, tácitas (parágrafo 3)
- B) AMPLA interpretação / abrangente, lata (parágrafo 3)
- C) abordado com RESSALVAS / restrições, reservas (parágrafo 6)
- D) muitas vezes DISSIMULADAS / ocultas, encobertas (parágrafo 6)
- E) de maneira TENDENCIOSA / imparcial, facciosa (parágrafo 6)

Questão 05

No trecho: “Durante muito tempo tratado como crime ou patologia, “o amor que não ousa dizer seu nome”, nas palavras do jornalista, dramaturgo e escritor Nelson Rodrigues [...], parece mais visível que nunca” ocorre a mesma figura de linguagem que a que se lê em:

- A) Ela já havia lido quase todo o Machado de Assis.
- B) Brigou com o pai e saiu de casa rápido como um raio.
- C) Está fazendo um ano que meu tio entregou a alma ao Criador.
- D) Como escreveu o poeta, o amor é dor que desatina sem doer.
- E) Logo agora que estou com um milhão de problemas para resolver!

Questão 06

O sentido do enunciado em: “EMBORA AS MANEIRAS DE ENCARAR E TRATAR A HOMOSSEXUALIDADE TENHAM SE TRANSFORMADO SENSIVELMENTE, o assunto ainda é abordado com ressalvas...” altera-se fundamentalmente com a substituição do segmento em destaque por:

- A) Apesar de as maneiras de encarar e tratar a homossexualidade terem se transformado sensivelmente.
- B) A despeito de terem as maneiras de encarar e tratar a homossexualidade se transformado sensivelmente.
- C) Visto terem as maneiras de encarar e tratar a homossexualidade se transformado sensivelmente.
- D) Conquanto as maneiras de encarar e tratar a homossexualidade tenham se transformado sensivelmente.
- E) Não obstante tenham as maneiras de encarar e tratar a homossexualidade se transformado sensivelmente.

Questão 07

Em: “DURANTE MUITO TEMPO TRATADO COMO CRIME OU PATOLOGIA, “o amor que não ousa dizer seu nome”, nas palavras do jornalista, dramaturgo e escritor Nelson Rodrigues [...], parece mais visível que nunca”, a oração em destaque expressa noção de:

- A) tempo.
- B) causa.
- C) modo.
- D) concessão.
- E) condição.

Questão 08

Em “nos últimos 150 anos a medicina já propôs “de tudo” para a “cura” dos homossexuais: confinamento, choques elétricos, altas doses de medicação, psicoterapia, terapia de família e até transplante de testículos”, o sinal de dois pontos anuncia:

- A) uma citação ou transcrição de discurso direto.
- B) uma enumeração explicativa.
- C) um aposto resumidor.
- D) a consequência de um fato exposto anteriormente.
- E) a conclusão do parágrafo.

Questão 09

Em relação ao significado de um dos sufixos que formam palavras em destaque, há evidente equívoco no comentário feito em:

- A) visível – republicano (passível de X, em que X é um verbo).
- B) relacionamento – medicação (ato ou resultado do ato de X, em que X é um verbo).
- C) clareza – homossexualidade (qualidade ou modo de ser de X, em que X é um adjetivo).
- D) patológico – sexual (relativo a X, em que X é um substantivo).
- E) afetivo – tendencioso (provido ou cheio X, em que X é um substantivo).

Questão 10

Releia-se a seguinte passagem do texto:

As formulações do autor passaram por diferentes momentos e sofreram acréscimos significativos ao longo de sua obra. Portanto, podem ser feitas distintas interpretações, dependendo do texto que for tomado como referência. (parágrafo 6)

Infringirá uma norma gramatical quem, buscando reescrevê-la, substituir:

- A) “e sofreram” por “tendo sofrido” (depois de vírgula).
- B) “ao longo de” por “no decurso de”.
- C) “Portanto” por “razão pela qual” (depois de vírgula, com letra minúscula).
- D) “podem ser feitas” por “pode-se fazer”.
- E) “dependendo” por “o que depende”.

Questão 11

Ao substituir-se o verbo da oração adjetiva destacada em “bem como a solução QUE O PROFESSOR ENCONTROU para conduzir sua aula”, ocorre ERRO de regência em:

- A) de que o professor se valeu.
- B) em que o professor se apoiou.
- C) com que o professor atinou.
- D) à qual o professor recorreu.
- E) pela qual o professor descobriu.

Questão 12

A alternativa em que se propõe mudança de colocação do pronome átono aceita, na língua escrita culta, por nossas gramáticas é:

- A) quando se tratava de reprimir a prática (parágrafo 4) / tratava-se.
- B) impondo-se a ambos os participantes detenções de até um ano (parágrafo 4) / se impondo.
- C) Tratando-se de anormais por causa patológica ou degenerativa (parágrafo 4) / Se tratando.
- D) tenham se transformado sensivelmente (parágrafo 6) / se tenham transformado.
- E) que se propõem promover a cura de homossexuais (parágrafo 6) / propõem-se promover.

Questão 13

Fazem o plural como o substantivo destacado em “QUESTÃO simulada” todos os substantivos relacionados em:

- A) confissão – decisão – cidadão.
- B) paixão – pagão – charlatão.
- C) expressão – escrivão – cristão.
- D) capitão – irmão – corrimão.
- E) opinião – limão – fração.

Questão 14

Mantém-se o acento grave empregado no A de “respondeu À própria questão” ao se fazer a substituição do verbo “responder” por:

- A) reelaborar.
- B) retornar.
- C) reiterar.
- D) reconsiderar.
- E) reexaminar.

Questão 15

Grafam-se como “solução” e “discussão” – com Ç e SS, respectivamente – as palavras relacionadas em:

- A) exce____ão / conce____ão.
- B) ascen____ão / admi____ão.
- C) distor____ão / preten____ão.
- D) rece____ão / retra____ão.
- E) discrimina____ão / impul____ão.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Questão 16

Nos termos da Constituição Federal, é considerado fundamento da República Federativa do Brasil:

- A) a dignidade da pessoa humana.
- B) a autodeterminação dos povos.
- C) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- D) o direito à informação.
- E) o direito de greve.

Questão 17

Segundo a Constituição Federal, em caso de violação à honra e à imagem das pessoas:

- A) é assegurado o direito de resposta, salvo se já havida prévia indenização por dano moral ou à imagem.
- B) é assegurado o direito de resposta ou indenização por dano moral, garantida em qualquer caso a indenização por danos materiais.
- C) não há garantia de direito de resposta, cabendo ao interessado pretender apenas indenização por dano moral.
- D) não há garantia de direito de resposta, cabendo ao interessado ajuizar demanda inibitória para impedir a ofensa, ou, depois de havida, pretender indenização por danos morais e materiais.
- E) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Questão 18

Quanto à liberdade de religião e religiosidade do Estado, prevê a Constituição Federal:

- A) A República Federativa do Brasil possui como religião oficial o catolicismo, sendo, entretanto, livre o exercício de outros cultos e crenças religiosas.
- B) O exercício de culto ou de crença religiosa, especialmente de suas liturgias, depende de autorização legal ou administrativa, a fim de preservar a harmonia social de âmbito religioso.
- C) A República Federativa do Brasil é Estado laico, sendo assegurado o livre exercício de culto ou de crença.
- D) É garantida a liberdade de crença religiosa, autorizada, nos termos da lei, a privação de direitos por motivo desta crença.
- E) É vedada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da separação entre o Estado e a religião.

Questão 19

Consoante previsão constitucional, a inviolabilidade de domicílio:

- A) é direito fundamental que não comporta exceções.
- B) pode ser excepcionada, durante o dia, por ordem de autoridade judicial.
- C) pode ser excepcionada por ordem de autoridade policial ou judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.
- D) somente pode ser excepcionada em caso de desastre.
- E) somente pode ser excepcionada por ordem judicial.

Questão 20

No tocante à liberdade de associação prevista pela Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) é plena a liberdade de associação para fins lícitos ou paramilitares.
- B) a criação de associação é livre, mas depende de autorização administrativa e seu funcionamento se sujeita à fiscalização estatal.
- C) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas por ordem fundamentada da autoridade administrativa competente.
- D) as associações somente poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial.
- E) a criação de cooperativas depende de prévia autorização administrativa.

Questão 21

Segundo a Constituição Federal, a Ação Popular:

- A) pode ser proposta por qualquer pessoa.
- B) não pode ter por objeto anular ato lesivo ao meio ambiente.
- C) independe do pagamento de custas e despesas processuais pelo autor somente quando versar sobre ato lesivo ao patrimônio da administração direta.
- D) enseja condenação do autor, se imbuído de comprovada má-fé, nas custas e despesas processuais e honorários de sucumbência.
- E) é de legitimidade exclusiva do Ministério Público.

Questão 22

Quanto aos direitos da nacionalidade previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Somente Lei Federal complementar pode estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados.
- B) Os cargos parlamentares federais são privativos de brasileiros natos.
- C) São brasileiros naturalizados aqueles nascidos no estrangeiro de pai ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- D) Nem mesmo a Constituição Federal, tampouco a lei, podem estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- E) São brasileiros natos aqueles nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

Questão 23

É caso, previsto na Constituição Federal, de perda ou suspensão dos direitos políticos:

- A) o analfabetismo.
- B) a incapacidade civil, ainda que relativa.
- C) a pendência de processo criminal.
- D) a superveniência da idade máxima estabelecida como condição de elegibilidade para determinado cargo.
- E) a improbidade administrativa, na forma da lei.

Questão 24

A respeito do regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar:

- A) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- B) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- C) Os cargos em comissão destinam-se a qualquer atribuição administrativa, a critério da autoridade superior.
- D) É obrigatória a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

Questão 25

Nos termos da Lei Complementar nº 36/2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos por Habilidades e Competências dos Servidores Públicos do Município de Colatina, assinale a assertiva correta.

- A) É obrigatório ao servidor recém-empossado o cumprimento do período de 2 (dois) anos de estágio probatório, durante o qual deve atender aos requisitos de desempenho estabelecidos no SADS, para a sua permanência no cargo para o qual foi nomeado.
- B) Cargo de provimento em comissão é o cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal de Colatina.
- C) Designa-se como atividade âncora o encargo de chefia atribuído a servidor público efetivo, mediante designação.
- D) Considera-se nível o subconjunto de atividades de um cargo agrupadas para melhor organização e aproveitamento do trabalho e das competências do servidor.
- E) Considera-se função gratificada o valor monetário variável, não incorporável ao salário que o servidor fará jus quando obtiver classificação de desempenho nos níveis de premiação estabelecidos no SADS.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 26

Suponha que você tenha selecionado a palavra “Colatina” num documento Microsoft Office Word 2003. Ao selecionar a opção de efeito “Tachado”, a formatação da palavra Colatina será:

- A) Colatina.
- B) *Colatina*.
- C) **Colatina**.
- D) ~~Colatina~~.
- E) ~~Colatina~~.

Questão 27

No Windows Internet Explorer, suponha que, ao clicar em Arquivo > Propriedades, uma das informações exibidas seja “http://www.funcab.org/site/destaques/index.php?cod_destaque=92”. Esta informação refere-se à propriedade:

- A) Protocolo.
- B) Tipo de documento.
- C) URL.
- D) Tag.
- E) Certificado.

Questão 28

Observe a planilha abaixo criada no Microsoft Office Excel 2003. O resultado da fórmula =SOMA(A1:C4) é DIFERENTE do resultado da fórmula:

	A	B	C
1	1	3	4
2	3	5	6
3	2	5	6
4	3	6	7

- A) =SOMA(A1:C2;A3:C4)
- B) =SOMA(A1:A4)+SOMA(B1:B4)+SOMA(C1:C4)
- C) =SOMA(A1:C1;A2:C2;A3:C3;A4:C4)
- D) =SOMA(A1;B1;C1;A2;B2;C2;A3;B3;C3;A4;B4;C4)
- E) =SOMA(A:C;1:4)

Questão 29

No Windows XP, o atalho é um dos recursos que facilitam a manipulação de arquivos. Por meio dele, é possível:

- A) criar no seu Desktop ícones que fornecem links instantâneos para arquivos, pastas, programas, impressoras ou até mesmo conexão com a Internet.
- B) definir regras e critérios de organização automática de arquivos em pastas, tanto no seu disco local como na rede.
- C) visualizar os aplicativos e processos que estão sendo executados em seu computador.
- D) especificar os programas que deverão constar do seu menu Iniciar.
- E) permitir um acesso rápido ao ambiente MS-DOS para execução de funções baseadas em texto.

Questão 30

No envio de e-mails através de aplicativos de correio eletrônico, a diferença entre informar o endereço de destinatário nas caixas Cc e CCo é:

- A) em Cc, o destinatário receberá a mensagem em prioridade alta, e em Cco não.
- B) em Cc, o nome do destinatário é visível para os outros destinatários da mensagem, enquanto em Cco o nome do destinatário não é visível para os outros destinatários da mensagem.
- C) em Cc, o nome do remetente é visível para os outros destinatários da mensagem, enquanto em Cco o nome do remetente não é visível para os outros destinatários da mensagem.
- D) ambos recebem a mensagem criptografada, mas em Cc o critério de criptografia é mais complexo.
- E) em Cc é possível informar somente endereços do seu catálogo de endereços, enquanto Cco é livre para informar qualquer endereço.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

A respeito do processo licitatório, de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/1993 atualizada, é correto afirmar que:

- A) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- B) a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da exclusividade e da universalidade.
- C) a administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas sujeitam-se aos procedimentos licitatórios previstos na Lei, enquanto as sociedades de economia mista não se sujeitam.
- D) o objetivo do processo licitatório é garantir a proposta com menor preço e priorizar a realização da compra com as empresas nacionais, ou com capital nacional ou que estejam instaladas no país.
- E) o processo licitatório deve ter ampla publicidade, deve ser realizado com probidade administrativa, o julgamento das propostas deve ser objetivo, claro e desvinculado do instrumento convocatório.

Questão 32

O fato de registrar contabilmente os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais, conforme as Normas Contábeis do CFC, é decorrente da aplicação do princípio:

- A) da oportunidade.
- B) da correção monetária.
- C) do registro pelo valor original.
- D) da prudência.
- E) da competência.

Questão 33

Poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- A) a empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente ou gerente.
- B) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- C) a empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja controlador, se consorciada a outras empresas e não for a empresa líder.
- D) o dirigente de órgão ou entidade contratante.
- E) a empresa que elaborou os projetos básico e executivo se sua atuação for como consultor técnico na fiscalização e supervisão, exclusivamente a serviço da administração interessada.

Questão 34

É inexigível a licitação:

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) para a contratação de auditorias financeiras ou tributárias de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- C) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico.
- D) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- E) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

Questão 35

De acordo com a Norma aprovada pela Resolução CFC nº 1.111/07, é correto afirmar sobre as Perspectivas do Setor Público na aplicação dos Princípios de Contabilidade que:

- A) o Princípio da Continuidade está vinculado ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade dá-se enquanto perdurar sua finalidade.
- B) o Princípio da Oportunidade afirma-se, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
- C) o Princípio da Entidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, sendo necessário reconhecer a totalidade das variações, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.
- D) o Princípio da Competência deverá ser observado para avaliar a existência de um ativo ou um passivo já escriturado por determinados valores, diante da possibilidade de novas mensurações.
- E) para aplicar o Princípio da Prudência, as transações e os eventos, na ocorrência dos respectivos fatos geradores, atos e fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados e seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro com o qual se relacionam, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

Questão 36

É correto afirmar sobre a formalização dos contratos na Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993, que:

- A) o instrumento de contrato é facultativo nos casos de dispensas.
- B) nos casos de inexigibilidade, cujos preços estejam compreendidos nos limites de valores de concorrência e de tomada de preços, deverá ser formalizada uma carta-contrato, na ocasião de emissão da nota de empenho de despesa.
- C) é garantido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, sem qualquer cobrança de emolumentos.
- D) a realização do termo de contrato é indispensável nos casos de compra nos limites de valores de concorrência e de tomada de preços, ainda que se refira a bens com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, sem obrigações futuras.
- E) quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, a administração pode convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições propostas pelo primeiro classificado.

Questão 37

O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, limitado a:

- A) até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para os seus acréscimos.
- B) até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- C) até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- D) até 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de obras e serviços de engenharia, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- E) até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de obras e serviços de engenharia, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Questão 38

Considere um ativo “X” com um fluxo de caixa certo para 5 anos de \$ 10.000 (título público emitido pelo Tesouro de um país desenvolvido, por exemplo) e outro ativo “Y” com um fluxo de caixa incerto para 5 anos de \$ 10.000. Nos termos da Resolução CFC nº 1.151/2009, pode-se afirmar sobre a mensuração desses ativos que:

- A) teriam avaliações semelhantes independente da base de mensuração.
- B) teriam uma avaliação pelo valor despendido na transação, não sendo aplicável os conceitos de valor presente ou *fair value*.
- C) avaliados pelo *fair value* obter-se-ia valor semelhante ao valor presente, pois essas bases de mensuração são sinônimas.
- D) avaliados pelo *fair value* o valor de “X” seria superior ao valor de “Y”.
- E) apenas poderiam ser avaliados pelo valor presente descontado a uma taxa compatível com o mercado.

Questão 39

Uma empresa investirá na construção de um prédio, para tal comprou um terreno e a construção deverá durar aproximadamente 2 anos. O valor a ser pago pela construção será 50% pago diretamente pela empresa, enquanto o restante será financiado em dólares e com encargos financeiros estimados em 12% ao ano. Com base no estabelecido na norma aprovada pela Resolução CFC nº 1.172/2009, é correto afirmar:

- A) Os valores do terreno e do montante faturado da obra devem ser registrados como Investimento, enquanto a variação cambial e os encargos financeiros deverão ser registrados nas contas de resultado na ocasião de seu vencimento.
- B) Os valores do terreno e do total estimado dos custos da obra devem ser registrados como Investimento, enquanto a variação cambial e os encargos financeiros deverão ser registrados nas contas de resultado, o montante a ser pago à construtora e à instituição financeira que efetuou o financiamento, ajustado ao valor presente, no Passivo.
- C) Os valores do terreno, o montante faturado da obra, assim como o montante devido a título de encargos financeiros e as variações cambiais devem ser registrados conjuntamente no investimento.
- D) Os valores do terreno e do montante faturado da obra como Investimento, assim como o montante devido a título de encargos financeiros, deverão ser registrados conjuntamente como investimento, enquanto a variação cambial deverá ser registrada em contas de resultado.
- E) Os valores do terreno e do montante faturado da obra como Investimento, assim como as variações cambiais, deverão ser registrados conjuntamente como investimento, enquanto o montante devido a título de encargos financeiros deverá ser registrado nas contas de resultado.

Questão 40

O poder público pretende constituir uma aliança estratégica através da contratação de uma empresa nacional que gera produtos e processos inovadores. Pode-se afirmar, diante dos limites estabelecidos na Lei nº 8.666/1993, que esse contrato:

- A) terá uma vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- B) poderá ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.
- C) deverá ter uma vigência limitada a 60 (sessenta) meses.
- D) deverá ter uma vigência limitada a 48 (quarenta e oito) meses.
- E) deverá ter uma vigência limitada a 12 (doze) meses e prorrogável por igual período.

Questão 41

A denominação dada na Lei nº 4.320/1964 aos créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, incluindo os juros e multas adicionais relativos aos tributos é:

- A) Dívida Flutuante
- B) Restos a Pagar.
- C) Restos a Receber.
- D) Créditos de Terceiros.
- E) Dívida Ativa.

Questão 42

Conforme explicita a Lei nº 4.320/1964, ocorre um excesso de arrecadação quando:

- A) a administração recebe tributos acima do estimado para aquele exercício.
- B) é positivo o saldo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- C) a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro é positiva.
- D) há saldos dos créditos adicionais transferidos e das operações de crédito a eles vinculadas.
- E) é arrecadado um montante abusivo de tributos.

Questão 43

Em um Balanço Financeiro, pode-se afirmar a respeito dos ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha de pagamento e à inscrição de restos a pagar que:

- A) estão apresentados conjuntamente no grupo de recebimentos extraorçamentários.
- B) o primeiro está apresentado no grupo de recebimentos extraorçamentários, e o segundo não é apresentado.
- C) ambos não estão apresentados.
- D) o primeiro está apresentado no grupo de pagamentos extraorçamentários, enquanto o outro está no grupo de recebimentos extraorçamentários.
- E) o primeiro está apresentado no grupo de receitas orçamentárias, enquanto o segundo está apresentado nas despesas orçamentárias.

Questão 44

Em uma Demonstração das Variações Patrimoniais, o consumo de capital fixo:

- A) está apresentado nas Variações Ativas qualitativas.
- B) está apresentado nas Variações Passivas qualitativas.
- C) está apresentado nas Variações Patrimoniais diminutivas.
- D) está apresentado nas Mutações Patrimoniais.
- E) não está apresentado.

Questão 45

É correto afirmar que o Balanço Orçamentário:

- A) apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a fixação para o exercício e a receita realizada.
- B) demonstrará as despesas conforme sua classificação institucional e programática.
- C) apresentará as receitas e despesas intra e extraorçamentárias.
- D) demonstrará as despesas discriminando a dotação inicial, a dotação contingenciada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas e as despesas pagas.
- E) apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada e a receita realizada.

Questão 46

Com base no estabelecido na Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar sobre a comissão de licitação que:

- A) a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento somente deverão ser processados por comissão especial.
- B) sua composição é de, no mínimo, 4 (quatro) membros, sendo pelo menos 3 (três) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.
- C) os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, mesmo quando há o registro em ata de posição individual divergente.
- D) no caso de convite, a Comissão de Licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exiguidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.
- E) A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 2 (dois) anos, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Questão 47

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste:

- A) na extinção da obrigação de pagamento.
- B) na observação da entrega do bem ou serviço.
- C) no desembolso de recursos do governo vinculado ao pagamento de dívida.
- D) na segregação dos recursos orçamentários disponíveis.
- E) na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Questão 48

Indique a alternativa que demonstra a consequência no trabalho da auditoria decorrente da obtenção de informação relevante que difere significativamente daquela observada pelo auditor na ocasião do planejamento da auditoria.

- A) Emissão de parecer alterado.
- B) Comunicação dos indícios de fraude aos responsáveis pela governança.
- C) Suspensão dos trabalhos de auditoria.
- D) Modificação do plano de auditoria decorrente da revisão dos riscos avaliados.
- E) Descrição das conclusões nos papéis de trabalho e execução conforme planejamento.

Questão 49

Indique a alternativa que apresenta exemplos de procedimentos de auditoria com o objetivo de identificar litígios e reclamações que possam gerar um risco de distorção relevante.

- A) Circularização em fornecedores, inspeções físicas nos estoques e testes de controle e análise da carta de responsabilidade da administração.
- B) Indagação à administração e aos consultores jurídicos internos; revisão das atas de reuniões da governança; correspondência entre a entidade e os seus consultores jurídicos externos; e revisão das contas de despesas legais.
- C) Avaliação dos controles internos, revisão das atas de reuniões dos responsáveis pela governança, circularização em fornecedores e análise das notas explicativas.
- D) Indagação à administração e aos consultores jurídicos internos e externos, circularização nos bancos, análise da carta de responsabilidade e testes de controle.
- E) Testes de controle; análise da carta de responsabilidade da administração; análise das notas explicativas e indagação à administração e aos consultores jurídicos internos e externos.

Questão 50

A respeito da amostragem de auditoria, conforme as Normas de Auditoria do CFC, é correto afirmar que:

- A) a decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística é uma questão de julgamento do auditor; entretanto, o tamanho da amostra não é um critério válido para distinguir entre as abordagens estatísticas e não estatísticas.
- B) Os fins específicos a serem alcançados e a combinação de procedimentos de auditoria que devem alcançar esses fins não influenciam a definição de uma amostra de auditoria.
- C) A consideração da natureza da evidência de auditoria desejada e as eventuais condições de desvio ou distorção não interferem na definição do que constitui desvio ou distorção e qual população usar para a amostragem.
- D) A execução de procedimentos de auditoria para obter evidência de que a população da qual a amostra de auditoria foi extraída está completa é desnecessária.
- E) A avaliação da taxa esperada de desvio com base no entendimento do auditor dos controles relevantes ou no exame de pequena quantidade de itens da população não interfere na determinação do tamanho das amostras de auditoria.

PROVA DISCURSIVA

Utilize de 15 a 20 linhas para desenvolver a questão a seguir.

Questão 01

A partir da listagem a seguir, enumere cronologicamente os atos em uma ordem lógica segundo ocorrem no processo de licitação, contratação e execução de serviços, indicando também em que momento ocorre o empenho, a liquidação da despesa e o lançamento contábil da provisão de pagamento ao fornecedor do serviço:

- Publicação dos resumos/avisos do Edital;
- Elaboração do Projeto Básico;
- Requisição com justificativas da necessidade da realização da obra;
- Elaboração do Edital;
- Aprovação da autoridade competente para iniciar o processo licitatório;
- Estimativa dos valores mediante pesquisa de preço;
- Minuta do contrato;
- Definição da modalidade e tipo de licitação;
- Assinatura do contrato;
- Abertura dos envelopes da documentação de habilitação;
- Habilitação dos interessados;
- Indicação da disponibilidade de recursos orçamentários;
- Verificação da conformidade da adequação orçamentária e financeira com a LRF;
- Devolução das propostas dos inabilitados;
- Verificação da conformidade com o Edital;
- Julgamento e classificação das propostas;
- Homologação e Adjudicação do objeto licitado;
- Medição e atestação realizada pela Comissão de Fiscalização;
- Prestação do Serviço;
- Análise da adequação documental e da atestação da despesa.

RASCUNHO